



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

• SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

1.1. O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e tem como objetivo apresentar os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá as necessidades da Secretaria Municipal de Educação, que será gerenciada pela Secretaria Municipal de Infraestrutura, neste ato favorecendo a população em áreas esportivas, socioeducacionais e lazer para todo o município de Bonito.

1.2. O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

1.3. Diante da necessidade de regulamentação do planejamento, execução e gestão de atas e contratos firmados pela Prefeitura Municipal de Bonito, com o objetivo de assegurar os atributos finalísticos do processo de contratação pública, como a eficácia, eficiência, efetividade, celeridade e economicidade, em consonância com os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, probidade administrativa, publicidade e igualdade, do planejamento, da transparência, da segregação de funções, da motivação, da segurança jurídica, desenvolvimento nacional sustentável e da competitividade, de modo proporcional e razoável, que regulamenta o artigo **18 e seguintes da Lei nº14.133, de 1º de abril de 2021.**

1.4. Busca-se assegurar a viabilidade técnica e econômica, na futura contratação do serviço de engenharia para realizar a construção do **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DA OBRA E SERVIÇOS DE REFORMA E REQUALIFICAÇÃO DO NOVO PRÉDIO ONDE SERÁ INSTALADO O CENTRO EDUCACIONAL DE INTEGRAÇÃO SOCIAL, LOCALIZADO NA RUA CÂNDIDO VIANA, CENTRO, S/N, BONITO-PE.**

1.5 Além disso, este estudo servirá como base para a elaboração do Termo de Referência, caso a solução proposta se mostre viável, buscando organizar a forma de apresentação dos itens considerados obrigatórios, seguindo, dentro do possível, como referência, a ordem disposta no parágrafo primeiro do art.18 da Lei 14.133 de 1º de abril de 2021.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO

2.1. O presente estudo técnico preliminar objetiva apresentar uma solução viável, destinada a auxiliar a Secretaria Municipal de Infraestrutura, na contratação de empresa que execute serviço de engenharia para realizar a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DA OBRA E SERVIÇOS DE REFORMA E REQUALIFICAÇÃO DO NOVO PRÉDIO ONDE**



SERÁ INSTALADO O CENTRO EDUCACIONAL DE INTEGRAÇÃO SOCIAL, LOCALIZADO NA RUA CÂNDIDO VIANA, CENTRO, S/N, BONITO-PE.

2.2 Referido complexo será instalado no Centro, na rua Cândido Viana.

2.3. A Secretaria envolvida, enquanto entidade superior, reconhece a importância de garantir o fornecimento de infraestrutura pública de qualidade para atender as necessidades de esportivas, culturais, socioeducacionais e lazer da comunidade, garantindo o direito de acesso a essas atividades e promovendo, ao mesmo tempo, o desenvolvimento econômico, a valorização do bairro no Município de Bonito, de maneira segura e estruturada.

2.4. Nesse contexto, a contratação de empresa de serviços engenharia para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DA OBRA E SERVIÇOS DE REFORMA E REQUALIFICAÇÃO DO NOVO PRÉDIO ONDE SERÁ INSTALADO O CENTRO EDUCACIONAL DE INTEGRAÇÃO SOCIAL, LOCALIZADO NA RUA CÂNDIDO VIANA, CENTRO, S/N, BONITO-PE, é uma demanda imprescindível. Uma vez que, tal iniciativa contribuirá significativamente para o fortalecimento de práticas esportivas, socioeducacionais e beneficiando a saúde e lazer da comunidade do município.

2.5. Atrelado a isso, destaca-se que os recursos para execução da obra serão provenientes do FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica, poderá ainda haver contrapartida do município, destinada à contratação de empresa de engenharia para execução da obra e serviços de reforma e requalificação do novo prédio onde será instalado o centro educacional de integração social, incluindo a área da quadra poliesportiva de futsal, o prédio do centro educacional de integração social, área de convivência que contempla piso de intertravado e paisagismo, conforme previsto em pré-projeto.

3.REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1. Para realização da REFORMA E REQUALIFICAÇÃO DO NOVO PRÉDIO ONDE SERÁ INSTALADO O CENTRO EDUCACIONAL DE INTEGRAÇÃO SOCIAL, LOCALIZADO NA RUA CÂNDIDO VIANA, CENTRO, S/N, BONITO-PE, se faz necessário realizar os projetos básicos e complementares de engenharia, para garantir uma base estrutural segura, bem assim, para que se possa auferir o custo do serviço de engenharia.

3.2. Ato contínuo, se faz necessário a construção do Projeto Básico/Termo de Referência, bem assim, realização de certame, modalidade Concorrência Eletrônica, com fim de se obter o menor valor.

3.3. Isto porque, a administração pública não tem contingente e nem pessoal para realizar o serviço, de maneira direta.



3.4. A empresa a ser contratada precisa atuar no ramo de engenharia, ser cadastrada no CREA, possuir arcervo técnico e expertise para execução do serviço que será contratado.

3.5 A Administração deverá contratar a empresa que ofertar o menor orçamento para execução do serviço, desde que ela atenda ao ato convocatório.

4. REFERÊNCIA PARA REALIZAR OS PROJETOS

4.1. Para atender a necessidade da presente demanda, se faz necessário, ter o projeto básico e complementar do equipamento público, com a apresentação de valores de referência, considerando a Tabela 02/26 SINAPI-PE, 02/26 ORSE e SEINFRA 028

4.2. Considerando que há no mercado Nacional diversas empresas de engenharia para realização de obras, é possível, como mencionado acima, realizar uma Licitação para contratação e execução da obra em questão, tendo em vista a ausência de contingente e pessoal para execução do serviço de maneira direta pela Administração.

4.3. O levantamento de preço deve ser realizado pela administração, mediante feitura do projeto básico, complementar e de execução, bem assim, das respectivas planilhas orçamentárias, que deverão observar os valores de referência da 02/26 SINAPI-PE, 02/26 ORSE, SEINFRA 028 e todas as exigências do Termo de Compromisso.

Estimativa de quantitativo e valores estimados

4.6. O custo do serviço de engenharia será obtido mediante elaboração dos projetos executivos e planilhas orçamentária, que serão confeccionados com base nas tabelas 02/26 SINAPI-PE, 02/26 ORSE e SEINFRA 028, a ser realizado pela Secretaria de Infraestrutura

4.7. Tais estimativas deverão observar as previsões orçamentárias, bem assim, deverão observar o valor dispensado no recurso FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica, podendo haver contrapartida do Município.

5. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO OU NÃO

5.1. No caso da contratação do serviço de engenharia, deverá haver um único licitante vencedor que ficará responsável por executar o serviço de engenharia, de maneira integral e sem poder subcontratar outra empresa.

6.CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

6.1. No caso em tela não existe em andamento contratações correlatas ou interdependentes que venham a interferir ou merecer maiores cuidados no planejamento da futura contratação.

7.POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

7.1. Não se vislumbram impactos ambientais decorrentes desta contratação.

8. ALINHAMENTO COM PCA

8.1. No caso em tela, é evidente o alinhamento entre a contratação e o planejamento do órgão ou entidade, identificando a previsão no Plano de Contratação Anual.

9. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

9.1. As contratações públicas devem buscar resultados positivos para a administração, devem ser apontados os resultados pretendidos, bem assim, nos prazos e condições previstos no Projeto Básico, Complementar e de Execução.

9.2. Deverá ainda ser utilizado material e técnicas de qualidade para se obter um equipamento robusto, forte e seguro, pelo menor preço.

10. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

- a) Confecção do Projeto Básico e Complementar, Projeto de Execução e Planilha Orçamentária;
- b) Realização do Termo de Referência;
- c) Confecção do Edital;
- d) Parecer jurídico;
- e) Realização do Certame;
- f) Firmamento do Contrato;
- g) Expedição do termo de início de obra;
- h) Realização de Medições;
- i) Vistoria na obra por parte da Secretaria e pelo fiscal da obra;
- j) Realização dos pagamentos, considerando as medições;
- k) Recebimento da obra.

11.DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

11.1. Nesse sentido, com base nas informações levantadas, concluímos que o melhor a ser referenciado para a contratação que seguirá, deverá respeitar as conclusões descrita neste ETP, em especial, os requisitos mínimos da



contratação e descrição da solução aqui mencionada, com fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021.

11.2. Entendemos que a contratação é viável, com base neste Estudo Técnico Preliminar, submetendo-o à superior análise e aprovação da Administração.

Bonito, 15 de abril de 2026



Letícia Elvira Diógenes Cavalcanti

Secretária Municipal Infraestrutura